



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2025**  
**(DO SR. MARCOS POLLON).**

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para debater importância da arma de fogo como instrumento do exercício da legítima defesa.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com o objetivo de debater importância da arma de fogo como instrumento do exercício da legítima defesa.

O referido seminário será realizado em auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul – ALEMS, observada a disponibilidade técnica e institucional, em data a ser definida. Nestes termos, os convidados serão indicados oportunamente.





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por finalidade a realização de audiência pública, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul (ALEMS), para debater a importância da arma de fogo como instrumento do exercício da legítima defesa, à luz dos direitos e garantias individuais consagrados na Constituição da República.

A discussão se insere no contexto atual de criminalização ideológica da autodefesa armada, alimentada por narrativas desinformadas e políticas públicas que buscam, por meio de regulamentações excessivamente restritivas, inviabilizar na prática o direito do cidadão de bem de proteger sua vida, sua família e sua propriedade. A legítima defesa é cláusula pétrea implícita do Estado Democrático de Direito e deve ser compreendida não como privilégio estatal, mas como expressão natural da dignidade da pessoa humana.

O Parlamento tem a obrigação de trazer luz a esse debate e ouvir especialistas, juristas, operadores de segurança pública, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos, para confrontar os preconceitos ideológicos com dados, fatos e fundamentos jurídicos sólidos. A arma de fogo, quando nas mãos de pessoas íntegras, legalmente capacitadas e conscientes de suas responsabilidades, não representa uma ameaça à segurança pública, mas um instrumento legítimo de resistência contra a violência e o arbítrio.

A audiência será também oportunidade para expor os impactos concretos das políticas de desarmamento sobre a população, especialmente em regiões rurais e periféricas, onde o Estado é frequentemente ausente e o cidadão, desarmado, torna-se presa fácil da criminalidade. O direito à autodefesa armada é também uma questão de equidade e justiça social, pois o desarmamento seletivo atinge justamente aqueles que mais necessitam de meios para se proteger.

Além disso, o evento reforçará a importância da cultura do armamento responsável, do treinamento contínuo, da segurança na guarda e no uso do armamento, e





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

do papel das armas de fogo não apenas na legítima defesa pessoal, mas também como elemento de dissuasão, fator de equilíbrio social e manifestação da soberania individual.

Realizar esta audiência no Estado do Mato Grosso do Sul tem profundo simbolismo. Trata-se de uma das unidades da Federação com forte presença de CACs, tradição ruralista, identidade conservadora e cultura armamentista consolidada, além de fronteira com regiões de intenso tráfico e criminalidade transnacional. O local é, portanto, espaço adequado para dar voz aos brasileiros que vivem na realidade da insegurança e compreendem, na prática, a importância de estar preparados para se defender.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, caput, assegura o direito à vida, à liberdade e à segurança. Tais garantias não podem depender exclusivamente da atuação estatal, sobretudo quando o próprio Estado falha em garantir a presença efetiva de suas forças nos territórios. Armas legais nas mãos de cidadãos de bem não são um risco: são parte da solução.

Portanto, esta audiência pública busca reafirmar a centralidade da autodefesa armada na concepção de segurança pública moderna, cidadã e descentralizada, onde o cidadão não é mero espectador indefeso, mas protagonista na proteção da sua dignidade, da sua família e da sua propriedade.

Diante disso, solicitamos o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste requerimento, em defesa da verdade, da liberdade e do direito inalienável do povo brasileiro de se proteger contra a violência, o crime e o autoritarismo.

Sala das reuniões, em 08 de agosto de 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

